

O Problema da dívida Pública

Muitos questionam por que o governo não poderia utilizar os enormes dispêndios associados ao abatimento da dívida pública e seu serviço financeiro, com o pagamento de juros, e canalizar os recursos para as áreas sociais estratégicas e o investimento público. A resposta é que a moratória pura e simples da dívida pública seria uma tragédia sem precedentes. Milhões de produtores que aplicaram seus suados recursos excedentes, por exemplo, em fundos de renda fixa lastreados em títulos do governo, teriam sua poupança aniquilada de um só golpe. Seria, mais uma vez, uma punição aos poupadores, quando efetivamente é de tratamento aos poupadores oposto a este que a economia necessita para crescer e de desenvolver. Na crise da dívida externa dos anos 1980, o país havia contraído, na década anterior, vultosos empréstimos lá fora, a taxa de juro baixa, porém flutuante e em condições arriscadas. A crise associada ao segundo choque de petróleo e ao salto nas taxas de juros internacionais desaguou no impasse da dívida externa. Ela estava então concentrada em mãos de poucos credores. Seria possível sentar numa mesa de negociação com o diminuto grupo de representantes dos bancos credores e negociar assim algum pacote de ajuste econômico associado a certo tipo de abono e novo escalonamento da dívida. O problema atual do endividamento público é de outra natureza. Vale a pena alongar-se em sua explicação. De início, cabe sublinhar que hoje não se verifica uma crise de endividamento público como nos anos de 1980. E mesmo com ela seria difícil barganhar facilidades no pagamento da dívida, uma vez que agora ela encontra-se pulverizada: o grupo de credores perfaz milhões de poupadores que aplicam seu pecúlio em títulos públicos.

A chamada dívida interna do Brasil, em que os credores são resistentes no país, equivale hoje a 50% do PIB anual. Não parece muito se comparada ao endividamento pessoal: uma pessoa que deve seis meses de salário bruto não necessariamente é um sujeito muito endividado. Exemplificando, quem ganha cinco mil reais mensais brutos e contrai uma dívida de 30 mil no financiamento de um veículo novo está longe da inadimplência. Não obstante isso, a experiência mostra que para um país que busca o desenvolvimento tal proporção de endividamento constitui empecilho grave, especialmente quando as condições de pagamento dela não são muito favoráveis. O Brasil atravessa hoje uma armadilha de juros de difícil saída, e explicação múltipla. O governo não negocia os títulos da dívida a uma taxa de juro mais baixa porque as taxas dos títulos públicos negociados no mercado aberto sinalizam todas as taxas de juros praticadas pela economia. O governo é um tomador de recursos de poupadores (pessoas físicas) e aplicadores (pessoas jurídicas: bancos, empresas etc.) que oferece operações relativamente seguras e com baixo custo contratual e administrativo de aplicação. Qualquer outro agente que queira atrair recursos deve oferecer juros maiores pelo dinheiro dos aplicadores, pois, do contrário, as pessoas preferem emprestar ao governo. Se o governo reduzisse as taxas de juros, os demais setores da economia poderiam captar recursos a menor taxa. A queda nas taxas de juros médias praticadas no sistema financeiro traria o efeito de pressões inflacionárias. Por que a inflação no Brasil é tão sensível aos juros baixos é um problema complexo. O mecanismo básico é que a retração dos juros estimula o consumo e a oferta não consegue atender à expansão da demanda, resultando em mais inflação. A oferta tem esse comportamento relativamente rígido porque a estrutura produtiva do país enfrenta diversos problemas: impostos excessivos e mal distribuídos, muitos deles gerando ineficiência locativa, leis trabalhistas obsoletas, infraestrutura física precária, problemas de natureza institucional e outros além.

As altas taxas de juros dificultam a rolagem da dívida. O governo consegue, com o esforço para economizar um superávit fiscal, tão - somente estabilizar o nível da dívida, ou se muito bem sucedido reduzi-la anualmente em pouquíssimos pontos percentuais. Não há muito que fazer quanto a essa armadilha: o setor público deve manter os gastos controlados, gerar o superávit necessário e ir arcando com o serviço financeiro da dívida. É perfeitamente possível amortizar a dívida como tempo. Com algum esforço adicional, ir-se-ia reduzindo a dívida até chegar a cerca de metade do nível presente em termos do PIB. Para tanto, o governo deve prosseguir cortando gastos. O importante para o crescimento econômico é que o governo não comprima os gastos sociais estratégicos e o investimento público, empenhando-se firmemente em controlar os outros itens de gasto no orçamento público.